

## Demanda efetiva e desenvolvimento regional

*Carlos Águedo Nagel Paiva\**

---

### RESUMO

Neste trabalho buscamos resgatar a relação entre demanda efetiva, mercantilização, inovação, produtividade e desenvolvimento regional. Quer nos parecer que a literatura recente sobre o tema, a despeito de reconhecer os elos finais da corrente suprarreferida, usualmente subestima a centralidade – e, no limite, a anterioridade – da demanda efetiva na impulsão inicial dos processos de desenvolvimento. Para corroborar nosso ponto de vista, formalizamos, com ajuda da Teoria dos Jogos, o que denominamos “dilema de Smith” e procuramos demonstrar que a solução adequada do mesmo pressupõe a adoção de estratégias do tipo “base de exportação” teorizada por Douglass North.

**Palavras-chave:** inovação; produtividade; desenvolvimento regional.

---

### INTRODUÇÃO

Os temas do desenvolvimento regional e das políticas de enfrentamento das disparidades regionais entraram para o centro da pauta política e teórica na transição do século XX para o XXI. Este fenômeno tem diversas determinações.

Em primeiro lugar, a aceleração da integração produtiva e financeira internacional no último quartel do século XX deprimiu a autonomia dos estados nacionais na determinação de suas políticas fiscais, financeiras, monetárias e cambiais, o que vai impor novos e graves limites às políticas públicas especificamente **nacionais** de desenvolvimento. Em particular, a globalização vai consolidar a crise do projeto de industrialização da periferia via substituição politicamente orientada de importações, assentada em benefícios fiscais, cambiais e/ou financeiros concedidos a empresas públicas ou privadas dispostas a investir e operar em setores estratégicos<sup>1</sup>.

---

\* Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística e Professor do PPGDR da UNISC.

<sup>1</sup> Na América Latina, a eficácia e a efetividade da estratégia de substituição politicamente orientada de importações vinha sendo questionada pelo menos desde meados dos anos 60. Usualmente, esta estratégia gera pressões sobre as contas públicas e alimenta a concentração da renda e da propriedade, mas, malgrado exceções, não é suficiente para colocar as nações e/ou regiões (teoricamente) privilegiadas pelas mesmas em trajetória de crescimento sustentável. Vale dizer: mais do que **abrir** a crise, a globalização vai **consolidar** a crise das políticas de desenvolvimento por substituição politicamente induzida de importações, e vai **catalisar** a demanda por programas e projetos alternativos.

É neste cenário que nova atenção passa a ser dada a um fenômeno antigo: a performance desigual de regiões de uma mesma nação submetidas à mesma política econômica geral (políticas fiscal, monetária, cambial, aduaneira, tributária, financeira e de apoio aos investimentos). E esse fenômeno vai se manifestar de forma particularmente intensa na Itália do pós-Segunda Guerra; vale dizer: em um país em que a questão das disparidades regionais entrou para a pauta política desde sua constituição e em que todo um conjunto de políticas já havia sido experimentado (sem muito sucesso) no sentido de dirimi-las. No entanto, a despeito do que se poderia esperar, não será, nem o Sul (foco das políticas nacionais de desenvolvimento regional), nem a Lombardia e adjacências (região mais desenvolvida e pólo industrial italiano desde a constituição da nação), mas o Nordeste e Centro-Leste (em particular, as regiões do Vêneto, Emilia-Romagna e adjacências) que irão apresentar uma performance econômica diferenciada e diferenciadora *vis-à-vis* às demais regiões no pós Segunda Guerra.

Simultaneamente, nos anos 80 e 90 o processo de negociação para a constituição da União Européia vai colocar o tema das desigualdades nacionais/regionais (bem como o tema das políticas mais eficientes, eficazes e efetivas de enfrentamento dessas desigualdades) no centro da pauta política da "Nova Potência". É no interior dessa dialética da crise e da necessidade impositiva do Planejamento Público que o olhar dos gestores do processo de unificação européia vai se voltar para o desempenho da Terceira Itália (e do assim chamado Arco Alpino, que transborda da Itália em direção à Suíça, Baviera e Áustria), bem como daquelas regiões de outros países da (futura) UE com desempenho econômico diferenciado e diferenciador.

Ora, o reconhecimento de que as performances desiguais de regiões de uma mesma nação não podem ser explicadas (ao contrário: muitas vezes vão no sentido oposto ao projetado) pelas políticas nacionais de desenvolvimento vai impor uma rotação de perspectiva no tratamento da questão do desenvolvimento regional. Enquanto a perspectiva tradicional focava nas "carências" (identificadas, via de regra, às ausências, aos elos não internalizados das cadeias produtivas) da região, a nova perspectiva foca nas "potências" da mesma, em seus atributos e qualificações particulares.

Esse novo foco não é gratuito: ele resulta tanto do reconhecimento de que estímulos iguais geram resultados distintos em regiões portadoras de "potências" distintas, quanto da exigência do "Consenso de Washington" em limitar o comprometimento fiscal dos Estados Nacionais com políticas compensatórias que não projetam sua eliminação no médio prazo. Daí se segue à diretiva primeira da política européia de desenvolvimento: só são passíveis de financiamento e apoio público aqueles projetos e programas que demonstrem ser auto-sustentáveis no médio e no longo prazo nos planos econômico, social e ambiental.

A despeito das circunstâncias históricas que a condicionam, não há como deixar de saudar essa recuperação do endogeneísmo. E isso, em particular, porque a identificação de potencialidades (e de responsabilidades) territoriais passa pela crítica do planejamento tecnocrático e, por extensão, das leituras produtivistas e

tecnicistas do desenvolvimento econômico<sup>2</sup>. Não gratuitamente, o novo endogeneísmo vai se associar ao resgate de teóricos da concorrência (mormente Marshall e Schumpeter) e da institucionalidade mercantil (mormente Putnam e North) que, com argumentos distintos, mas articuláveis, vão chamar a atenção para a importância das relações interempresariais de confiança e cooperação (ao longo de uma cadeia produtiva e/ou no interior de uma aglomeração regional de firmas concorrentes) para a alavancagem da inovação e a depressão de custos de transferência (vale dizer: dos custos de transportes e dos custos de transação).

Mas se os ventos renovadores devem ser saudados, há que se lutar contra sua dogmatização. Até porque as novas referências teórico-metodológicas se articularam sobre uma negação – a negação do Estado Planejador, seja ele socialista, nacional-desenvolvimentista ou estritamente keynesiano. O que significa dizer que, dialeticamente, elas carecem de uma síntese. Ou, para ser ainda mais claro: o **“novo endogeneísmo” abstrai ou subestima as contribuições de Marx e Keynes à teoria da dinâmica capitalista**. Em particular, o novo endogeneísmo empresta pouca ou nenhuma importância ao Princípio da Demanda Efetiva (doravante, PDE) e a seus desdobramentos dinâmicos, fechando-se a toda uma tradição da teoria do crescimento e do desenvolvimento que articula a obra de autores tão díspares quanto Smith, Malthus, Marx, Rosa Luxemburgo, Keynes, Harrod, Kalecki, Steindl e (o jovem) North.

O mais grave é que, ao colocar de lado o PDE enquanto princípio organizador da reflexão sobre o crescimento econômico (que não é **todo** o desenvolvimento, mas é parte **fundamental** do mesmo), o novo endogeneísmo coloca de lado a mais importante reflexão auto-crítica do projeto nacional-desenvolvimentista cepalino. Pensamos aqui nas contribuições da Escola de Campinas que, abertas pelo trabalho clássico de João Manuel, vão impor a superação dialética da clivagem “exógeno X endógeno”.

---

<sup>2</sup> O pai do tecnicismo em Economia é Ricardo, para quem o limite do desenvolvimento capitalista é definido pela disponibilidade de terras férteis e redefinido pela velocidade de introdução de progresso técnico poupador de trabalho e/ou de insumos agropecuários. O neoclassicismo vai herdar o tecnicismo ricardiano: uma vez que a incerteza e as assimetrias de informação e de poder de mercado dos distintos agentes econômicos são abstraídas “por princípio”, desaparecem todas as circunscrições especificamente econômicas ao processo de acumulação e desenvolvimento. No mundo de Say-Walras-Pareto-Solow, todas as circunscrições ao crescimento são exógenas: ou são técnicas (referidas à qualidade dos fatores de produção disponíveis), ou são culturais-subjetivas (referidas à avaliação da desutilidade marginal do trabalho e da abstinência), ou são políticas (referidas a políticas públicas desequilibradoras e insustentáveis). Mas o tecnicismo não é monopólio de ricardianos e neoclássicos. Ou melhor: é! Só que estas duas correntes não se esgotam em suas versões clássicas, mas alimentam todo um conjunto de versões vulgares e “contrário-identicas” a si próprias. Assim, o tecnicismo ricardiano vai alimentar o politicismo, ao pretender que o progresso técnico poupador de trabalho resolva o problema econômico fundamental (leia-se: os limites técnico-naturais ao crescimento da oferta de alimentos e matérias-primas) colocando um problema ainda maior (o que fazer com a mão de obra tornada redundante pelo progresso técnico capitalista?), que só pode ser enfrentado no plano da “política”. De outro lado, o neoclassicismo (que, à diferença do ricardianismo, desenvolve uma teoria crítica da política enquanto um jogo competitivo pelo controle do Estado e seu poder redistributivo) vai se desdobrar em uma versão popular de “schumpeterianismo”, segundo a qual o progresso técnico-científico seria a condição necessária e suficiente do desenvolvimento econômico sustentável. Para a crítica desta versão vulgar da teoria schumpeteriana do desenvolvimento, veja-se o capítulo quinto de PAIVA, 1998.

Como João Manuel ensinou, uma economia mercantil que não internalizou um departamento produtor de Bens de Capital, é uma economia que tem sua dinâmica definida pela dinâmica de suas **exportações**. Mas daí não se deriva que o *take off* das economias periféricas seja, necessariamente, exógeno (articulado desde fora) ou dependente. E isto porque, quando os processos de produção, comercialização e financiamento do setor exportador são controlados desde dentro, os efeitos multiplicadores e aceleradores da demanda externa tendem a ser internalizados gradualmente. Neste caso, o processo de desenvolvimento é – por definição e consequências – endógeno. Ainda que seu ponto de partida seja o dinamismo externo; vale dizer, ainda que seu motor inicial seja (também) **exógeno** e, por consequência, que a dinâmica interna seja (também) “dependente”.

Tal como procuraremos demonstrar abaixo, esta leitura – cuja atualidade e relevância vem sendo subestimada – apenas atualiza uma reflexão que se inaugura em Adam Smith e atinge sua conclusão (ainda que não plenamente consciente de si, ainda não plenamente “para si”) nos trabalhos dos anos 50 de Douglas North. Nossa modesta tentativa de contribuição será a de trazer à luz os fundamentos keyneso-kaleckianos implícitos na construção de North.

## DE SMITH A NORTH

Smith é um teórico da transição e do desenvolvimento capitalista num sentido ainda mais radical do que Hegel ou Marx. Estes últimos, como a coruja de Minerva, teorizam sobre o já transcorrido. Smith teoriza a transição que vê e da qual participa como agente.

Por isso mesmo, a visão de Smith é menos articulada e menos determinada que a de seus ilustres predecessores. Mas a precocidade de Smith não é só negativa. Ao teorizar o que vê, Smith teoriza o desenvolvimento mercantil-capitalista da sua Escócia; teoriza, assim o desenvolvimento **do ponto de vista da periferia do sistema**, o que faz da sua grande obra mais do que uma “investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, uma “investigação sobre a natureza e as causas do desenvolvimento em **regiões em transição desigual e combinada para o capitalismo**”<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Vale lembrar que, para Smith, a teoria do desenvolvimento nacional não se diferencia da teoria do desenvolvimento regional. E isso porque este autor pressupõe, **equivocadamente**, que o intercâmbio internacional se assenta na existência de diferenciais **absolutos** de custo; exigência que, de fato, impõe-se tão somente para as trocas inter-regionais. Teremos de esperar até Ricardo para que nossa ciência passe a determinar a distinção entre nação e região pelos diferenciais de mobilidade de capital e de trabalho e, por consequência, pelos diferentes padrões - “relativo” ou “absoluto” - de vantagens competitivas necessárias, respectivamente, ao intercâmbio internacional e ao intercâmbio inter-regional. Para nós, o que importa entender é que, a despeito de os *insights* de Smith acerca de o desenvolvimento servirem de referência para reflexões nos mais diversos planos geopolíticos e territoriais, **sua máxima determinação e correção se manifesta apenas quando os circunscrevermos ao campo das relações econômicas entre regiões de um mesmo país**. Por razões distintas, esta indiferenciação entre intercâmbio inter-regional e internacional também vai estar presente em Kalecki e em North (que sequer tratam da distinção entre vantagens absolutas e relativo-comparativas). **Por isto mesmo, sempre que falamos em “exportações” neste trabalho estamos nos referindo a vendas para mercados externos a uma determinada “região”, independentemente de eles se localizarem no mesmo país ou em países estrangeiros.**

Quase duzentos anos mais tarde, Douglas North tomará para si a problemática regional inaugurada por Smith. Sem dar qualquer atenção aos determinantes do desenvolvimento no **núcleo dinâmico** do sistema – que, como em Smith, são pressupostos –, North vai refletir sobre a peculiar dinâmica da **periferia** deste núcleo. E chegará – sem o perceber, em 1955, e sem dar a devida atenção, em 1959<sup>4</sup> – a conclusões virtualmente idênticas às de Smith.

Na realidade, no texto de 1955 North vai pretender, na contramão de Smith, que a teoria convencional da localização e do desenvolvimento regional<sup>5</sup> seria pertinente àquelas regiões cuja ocupação e acumulação original se deram sob padrões pré-mercantis. O único equívoco da teoria convencional seria desconhecer a especificidade do desenvolvimento no Novo Mundo, cuja ocupação e acumulação originais (se abstrairmos a limitada acumulação aborígene) se realiza sob a égide da produção de mercadorias.

É só no trabalho de 1959 que North vai compreender que seu modelo não é mais do que uma forma particular do modelo de desenvolvimento de Smith. fato que reconhecerá em um parágrafo tão exíguo quanto esclarecedor. Em suas palavras:

“O argumento pode ser defendido, grosso modo, da seguinte maneira: 1) a especialização e a divisão do trabalho constituem os fatores mais importantes da expansão inicial das regiões; 2) a produção de bens para a venda fora da região induz essa especialização; e 3) o engajamento na economia internacional (ou na nacional, no caso de algumas regiões dos Estados Unidos) nos últimos dois séculos tem sido o caminho, através do qual várias regiões e nações têm alcançado o desenvolvimento econômico. Naturalmente, este é o argumento clássico de Adam Smith, recentemente reformulado de forma sucinta no título de um artigo de George Stigler, 'The division of labor is limited by the extent of the market'”. (North, 1959, pp.334/5).

Ora, ao valer-se do argumento clássico de Smith, North está reconhecendo a dimensão universal de seu próprio modelo. Afinal, as observações de Smith têm por referência empírica processos de desenvolvimento em transcurso no Velho Mundo. Vale dizer: ao contrário do que havia pretendido em seu trabalho de 55, North deixa de circunscrever a pertinência de seu modelo de desenvolvimento à fronteira agrícola/agrária dos países do Novo Mundo. Mas parece não se dar conta disto. Afinal, em flagrante contradição com a passagem supracitada, dirá que o padrão de desenvolvimento do oeste norte-americano, que referencia o seu modelo teórico, é atípico. (North, 1959, p. 335)

As tergiversações de North acerca do caráter universal e necessário ou particular e atípico de seu modelo de desenvolvimento regional só podem ser

<sup>4</sup> Em 1955, North publicou no *Journal of Political Economy* sua primeira grande contribuição à Teoria do Desenvolvimento, intitulada “Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional”. O mesmo argumento foi refinado e reapresentado quatro anos depois em “A Agricultura no Crescimento Econômico Regional”, publicado no *Journal of Farm Economics*.

<sup>5</sup> Que, segundo North, teria sido sistematizada por Lössch e Hoover e afirmaria a existência de uma trajetória única e contínua de desenvolvimento caracterizada pela mercantilização paulatina de uma produção originalmente destinada ao autoconsumo. Sobre este ponto, veja-se North, 1955, pp. 293/4. Em Schwartzman, 1977, pp. 281 e segs, encontramos um trabalho de Hoover sobre o tema.

entendidas se se entende que este autor abarca duas questões distintas sob uma única investigação. Na verdade, o autor confunde a questão do padrão típico de incorporação de territórios e estruturas econômicas pré-mercantis à ordem capitalista - que vamos chamar de "Questão do Engate" - com a questão relacionada, mas distinta, das condições necessárias e suficientes para que a referida transição capitalista se dê de forma a gerar uma economia urbana-industrial apta ao desenvolvimento endógeno sustentado - chamemo-la, Questão da Endogenia. E como se esta confusão já não fosse suficiente para gerar incompreensões, North, em seu trabalho de 59, vai impor uma nova circunscrição a seu modelo de desenvolvimento regional, virtualmente reduzindo-o a um modelo "Primário Exportador"<sup>6</sup>.

Imaginemos que algum adversário de North se desse ao trabalho de maquirar a forma mais eficaz de alavancar a resistência e o preconceito contra as teses deste autor entre economistas e políticos nacional-desenvolvimentistas. Dificilmente, um tal adversário encontraria melhor instrumento do que o oferecido pelo próprio North. Afinal, o principal desdobramento da dupla confusão supra-referida é que **ela permite que se leia a obra de North como uma defesa da especialização dos países (e regiões) subdesenvolvidos na produção de bens primários para a exportação**. Vale dizer: como uma defesa da eficiência alocativa do mercado e uma crítica aos projetos nacionais de desenvolvimento a partir de industrialização politicamente orientada.

Do nosso ponto de vista, nada poderia ser mais equivocado. Defendemos a hipótese **de que as contribuições de North para a teoria do desenvolvimento regional podem e devem ser lidas como o fundamento necessário de políticas públicas consequentes de estímulo ao desenvolvimento urbano-industrial endógeno de territórios em transição tardia para o capitalismo**. Essa é uma interpretação que, contudo, pressupõe extrair do modelo de North sua (artificial e insustentável) fundação neoclássica, para reassentá-lo sobre bases teóricas consistentes; vale dizer, sobre bases clássicas (com ênfase em Smith) e pós-keynesianas (com ênfase em Kalecki). Senão vejamos.

## A TEORIA SMITHIANA DO DESENVOLVIMENTO E O ENGATE VIA EXPORTAÇÕES

Seja uma economia que produz um único bem final – Z. A cada período, o valor do produto social corresponde à quantidade produzida do bem Z. Suponhamos um jogo não cooperativo entre dois produtores, Desinformado (Dinf) e Ignorante (Ig)<sup>7</sup>. Os produtores trabalham n horas por dia em T turnos. No início

<sup>6</sup> Essa transição já se manifesta nos títulos dos dois trabalhos suprarreferidos (vide nota 2, acima) e envolve um retrocesso com relação à perspectiva de 55, onde a recusa à identificação/circunscrição do modelo de "Base de Exportação" à "Base Primária" é explícita. Veja-se North, 1955, pp. 298/9.

<sup>7</sup> Esse jogo é facilmente generalizável para n jogadores, cada um com T estratégias alternativas. Por isto mesmo, nos permitimos expressar as conclusões mais relevantes em termos genéricos. Não obstante, a exposição subsequente vai se basear em um exemplo de jogo com "2 jogadores / 3 estratégias" facilmente compreensível e manipulável pelo leitor menos acostumado com o instrumental da Teoria dos Jogos.

de cada turno, é possível alterar as técnicas de produção; mas não durante os mesmos.

Existem apenas duas técnicas alternativas de produção: a técnica Autárquica (A), e a técnica Especializada (E). Na técnica A, o bem Z é produzido integralmente pelo mesmo produtor, desde a extração (por hipótese, gratuita) das matérias-primas, até o acabamento final. A técnica alternativa, E, envolve a especialização dos produtores em dois processos de trabalho distintos; a produção do componente X e a produção do componente Y. Qualquer dos dois produtores domina a técnica A; mas apenas Dinf domina a técnica de produção de X e apenas Ig domina a técnica de produção de Y. A montagem de Z a partir de X e Y faz-se sem custos e fora do ambiente de trabalho. Os produtores transformam em Z os pares de componentes sob seu controle ao fim de cada período de produção e de troca.

No início de cada dia, Dinf e Ig têm que decidir quantos turnos  $t$  (dentre as opções  $0, 1, 2, \dots, T$ ) eles vão dedicar à técnica E quantos turnos  $(T - t)$  eles vão dedicar à técnica A. A decisão é tomada simultaneamente e os jogadores não podem se comunicar, não sendo possível qualquer forma de colusão. Neste caso,

$$(1) \quad Z = ZA + ZE = ZA + \min(X, Y);$$

onde Z é o número total de bens Z produzidos ao longo do dia; ZA é a quantidade de Z produzida sob a técnica A pelos dois jogadores em  $(T-t)$  turnos de trabalho; e ZE a quantidade produzida pelos dois jogadores de acordo com a técnica E. ZE é igual à quantidade produzida de X, se  $X \leq Y$ , ou igual à quantidade de Y, se  $X > Y$ .

Suponhamos, ainda, que em um turno de produção, Dinf possa produzir, alternativamente, uma unidade de ZA, ou quinze unidades de componente X; enquanto, no mesmo período, Ig pode produzir uma unidade ZA ou quinze unidades de Y. Vale dizer:

$$(2) \quad ZA = ZA_{Dinf} + ZA_{Ig} = (T_{Dinf} - t_{Dinf}) + (T_{Ig} - t_{Ig}) = \Sigma T - \Sigma t^8$$

$$(3) \quad X = 15 t_{Dinf}$$

$$(4) \quad Y = 15 t_{Ig}$$

$$(5) \quad Z = \Sigma T - \Sigma t + 15 [\min(t_{Dinf}, t_{Ig})]$$

Suponhamos, por fim, que X e Y não possam ser estocados, pois deterioram-se ao final do dia. Neste caso, se algum componente é produzido em quantidade superior ao outro, o excedente é destruído pelo seu produtor, com vistas a impedir que a mercadoria redundante seja reduzida a um bem livre. Assim, os preços são rígidos ao nível do custo de produção de longo prazo, e quaisquer desequilíbrios no sistema são enfrentados por variações nas quantidades produzidas de ZA, X e Y. Se tomarmos Z como unidade de conta do sistema ( $p_z = 1$  z), então a relação

---

<sup>8</sup>  $T_{Dinf}$  é o número de turnos trabalhados por Desinformado;  $t_{Dinf}$  é o número de turnos dedicados, por Dinf, à produção sob a técnica E;  $T_{Ig}$  e  $t_{Ig}$  têm a mesma acepção, mas referem-se ao agente Ignorante;  $\Sigma T$  é o total de turnos de trabalho realizados pelos dois jogadores; e  $\Sigma t$  é o número de turnos dedicados à técnica E pelos dois jogadores.

de intercâmbio entre Z, X e Y é tal que

$$(6) p_x = p_y = \frac{1}{2} z.$$

O que nos permite comparar o valor “esperado” (ou “natural”, ou “potencial”) da produção de X, Y e ZA por turno de trabalho.

$$(7) p_x \cdot X / t_{Dinf} = p_y \cdot Y / t_{lg} = 7,5 z > ZA / (\Sigma T - \Sigma t) = 1z$$

Vale dizer: a produtividade (“natural”, “esperada” ou “potencial”) da técnica E é 7,5 vezes maior do que a produtividade (“imaneente”) da técnica A. Com este conjunto de informações, podemos calcular a renda (o pay-off) de cada jogador em termos de Z ao longo de T turnos de trabalho.. Seja  $Z_{Dinf}$  a renda de Dinf e  $Z_{lg}$  a renda de lg. Então,

$$(8) Z_{Dinf} = (T_{Dinf} - t_{Dinf}) + \frac{1}{2} [\min (X, Y)] = (T_{Dinf} - t_{Dinf}) + \frac{1}{2} \{15 [\min (t_{Dinf}, t_{lg})]\} = \\ = (T_{Dinf} - t_{Dinf}) + 7,5 [\min (t_{Dinf}, t_{lg})];$$

e, analogamente,

$$(9) Z_{lg} = (T_{lg} - t_{lg}) + 7,5 [\min (t_{Dinf}, t_{lg})].$$

Imaginemos, para simplificar, que o sistema comporte apenas dois turnos de trabalho. Neste caso, a Tabela abaixo apresenta os pay-offs de cada jogador associados às distintas combinações de estratégias de produção autárquica e especializada.

#### Jogo Smithiano da Especialização

Dinf \ lg	$t_{lg} = 0$	$t_{lg} = 1$	$t_{lg} = 2$
$t_{Dinf} = 0$	<b>2; 2</b>	2; 1	2; 0
$t_{Dinf} = 1$	1; 2	<b>8,5; 8,5</b>	8,5; 7,5
$t_{Dinf} = 2$	0; 2	7,5; 8,5	<b>15; 15</b>

Como se pode observar, esse jogo apresenta três equilíbrios de Nash, que correspondem às situações em que  $t_{Dinf} = t_{lg}$ . Suponhamos – na esteira de Smith – que nos encontramos, originalmente, em  $t_{Dinf} = t_{lg} = 0$ . É fácil perceber que nem lg, nem Dinf, têm incentivos para diminuir o número de turnos dedicado à produção autárquica, se não esperarem o mesmo movimento do outro jogador. E, como se isto não bastasse, a estratégia de menor risco (aquela que gera o maior rendimento mínimo, independentemente da estratégia dos demais) é a autarquia. Dessa forma, na ausência de cooperação entre os jogadores, mesmo em jogos repetidos, não se pode esperar qualquer movimento em direção ao equilíbrio de Nash que corresponde ao único máximo de Pareto.

Do nosso ponto de vista, estes múltiplos equilíbrios ilustram a correção e a relevância do que Stigler chama de Teorema de Smith (Stigler, 1951, p 185). Senão vejamos. Para Smith o produto é função da produtividade média do trabalho e da população ocupada

$$(10) \text{ Produto} = Z = f_1 (\text{PMTr}; \text{PO}) = (Z/\text{PO}) \cdot \text{PO}$$

Mas, para o autor, a PO – assim como a relação PO/PEA (po/população economicamente ativa), PO/PIA (po/população em idade ativa), e PO/PT (po/população total) - é relativamente estável no curto prazo<sup>9</sup> e sem tendência definida no longo prazo. Dessa sorte que podemos tomar PO como dado, passando a variável explicativa fundamental do produto a ser a produtividade média do trabalho<sup>10</sup>.

Ora, a produtividade média do sistema (PMTr) é função (não exclusiva, como veremos adiante) da produtividade do trabalho em cada firma (PPTr<sub>i</sub>, ou Produtividade Privada-Potencial do Trabalho na Firma i<sup>11</sup>). E essa última, para Smith, é função da divisão do trabalho no interior da firma (Smith, 1983, p. 41). Nos termos mais gerais do Jogo acima, a PPTr<sub>i</sub> é função direta positiva da percentagem de turnos de trabalho dedicada à produção sob a técnica especializada, E .

$$(11) \text{ PPTr}_i = f_2 (t_i / T_i)$$

Mas, pergunta Smith, o que determina a divisão interna do trabalho? O que determina a produtividade da firma? ... E responde com seu famoso teorema: a divisão do trabalho é limitada pelo tamanho do mercado (TM).

$$(12) (t_i / T_i) = f_3 (\text{TM});$$

E o tamanho do mercado, TM, seria função da divisão do trabalho. O que

---

<sup>9</sup> Na segunda metade do século XVIII, a PO não é composta, majoritariamente, de empregados assalariados, mas de artesãos e camponeses independentes. Fato que estabiliza e introduz particularidades no que diz respeito à determinação do nível de emprego e de produção que não podem ser analisados neste trabalho. Por enquanto, o que importa entender é tão somente que o sistema de Smith é **consistente** com o sistema keyneso-kaleckiano. O que pode ser facilmente comprovado por uma leitura atenta do Capítulo VII ("O preço natural e o preço de mercado das mercadorias") do Livro I de *A Riqueza das Nações*. Para Smith, mais do que preços de "equilíbrio de longo prazo", os preços naturais são pontos focais, são preços de referência. E estas referências impõem um padrão peculiar de ajustamento naqueles mercados caracterizados pela produção contínua e os baixos custos de estocagem. Nesses mercados, os preços se enrijecem relativamente, e parcela expressiva do ajuste a flutuações de demanda passa a se dar pela variação dos estoques e da quantidade produzida. Vale dizer: no sistema smithiano, a função oferta é elástica, de forma que a determinação da quantidade produzida (de cada firma e do conjunto da economia) não pode se dar independentemente da demanda. Voltaremos a este ponto mais adiante.

<sup>10</sup>(Smith, 1983, pp. 35/6). A produtividade é fundamental em Smith no sentido keynesiano, da variável independente cuja variância explica a maior parte da variância da variável dependente. A esse respeito, vide Keynes, 1983, p.172)

<sup>11</sup>Como vimos anteriormente, ao comentarmos a equação (7), a produtividade privada é "potencial" no sentido de que **pressupõe** a realização de toda a produção ao preço natural. O que não ocorre necessariamente.

torna a divisão do trabalho causa de si mesma. .... Sem dúvida. Mas isto não coloca o sistema em *loop* efetivo. Na verdade, Smith estabelece uma relação entre duas variáveis distintas e independentes<sup>12</sup>: a divisão do trabalho no interior de uma firma qualquer é função da divisão **social** do trabalho; vale dizer, do grau de especialização e integração mercantil dos **demais** produtores. Formalmente:

$$(13) TM = \min (t_1 / T_1; t_2 / T_2; \dots; t_N / T_N);$$

$$(14) (t_i / T_i) = j [\min (t_1 / T_1; t_2 / T_2; \dots; t_{i-1} / T_{i-1}; t_{i+1} / T_{i+1}; \dots; t_N / T_N)]$$

Este (falso) loop pode ser observado, ainda, de uma outra perspectiva. Dadas as especificações de nosso modelo, a produção de X ou Y que transcende a produção do outro componente é redundante e não tem valor. De forma que a produtividade média do sistema foi definida como  $PMTr = Z / PO$ . Se calculamos a PMTr para as distintas combinações de estratégias de Ig e Dinf, temos a seguinte matriz.

#### Produtividade Média sob distintas combinações de Estratégias de Ig e Dinf

Dinf \ Ig	$t_{Ig} = 0$	$t_{Ig} = 1$	$t_{Ig} = 2$
$t_{Dinf} = 0$	2	1,5	1
$t_{Dinf} = 1$	1,5	8,5	8
$t_{Dinf} = 2$	1	8	15

E o que se observa é que a produtividade média (PMTr) não cresce – pelo contrário, diminui! – quando um agente qualquer rompe com uma situação de equilíbrio e amplia **isoladamente** o tempo de trabalho dedicado à produção especializada. Na verdade, PMTr é função positiva da produtividade técnica do produtor mais autarquizado, e função negativa do módulo das diferenças entre o número de turnos dedicados à produção especializada por parte do produtor mais autarquizado e o número de turnos dedicados à produção especializada de cada um dos demais produtores.

O que nos leva ao centro da contradição anunciada por Smith: a ampliação da produtividade efetiva (por oposição à meramente potencial) do sistema depende do aprofundamento da divisão social do trabalho. Um processo cuja complexidade pareceria exigir algum tipo de coordenação pública. O que, contudo, não parece ser a regra. Na verdade, muitas regiões/nações transitaram para a ordem mercantil, independentemente da montagem de estruturas regulatórias eficientes na estimulação da especialização e mercantilização da produção. Por quê?

Smith não chega a determinar plenamente sua resposta a esta última questão. Mas anuncia uma resposta que fará escola quase dois séculos após a publicação de sua obra maior: a teoria da base de exportação, fundamento do

<sup>12</sup> Ou, antes, “independizáveis”.

modelo de desenvolvimento regional de North. Segundo Smith, “o transporte ..... abre um mercado mais vasto para qualquer tipo de trabalho ..... [e] é natural que os primeiros aperfeiçoamentos das artes e da manufatura se operem lá onde [o acesso a meios de transporte de baixo custo] ... abrir mercado do mundo inteiro para a produção de cada tipo de profissão ... ”<sup>13</sup>

Esta solução de Smith é muito mais potente do que se poderia pensar num primeiro momento. Nos termos do jogo anterior, a introdução da alternativa de exportar e importar impede a emergência de equilíbrios subótimos. Senão vejamos:

Suponhamos que os custos de transporte e de conquista do novo mercado sejam tais que a relação de intercâmbio entre componentes importados (m) e componentes produzidos na região (r) seja

$$(15) \quad px(m) = py(m) = 2 \quad px(r) = 2 \quad py(r) = 1z(r);$$

Neste caso, as equações de determinação da renda Z dos jogadores Dinf e Ig não são mais adequadamente representadas por (13) e (14), respectivamente. Afinal, a eventual produção excedente *vis-à-vis* a demanda interna pode ser canalizada para o exterior. Em termos formais  $Z_{Dinf}$  é tal ,

$$(16) \quad Z_{Dinf} = (T_{Dinf} - t_{Dinf}) + 7,5 t_{Dinf}, \text{ se } t_{Dinf} < t_{Ig}; \text{ ou} \\ Z_{Dinf} = (T_{Dinf} - t_{Dinf}) + 7,5 t_{Ig} + 5 (t_{Dinf} - t_{Ig})^{14}, \text{ se } t_{Dinf} \geq t_{Ig}.$$

Da mesma forma, a renda do produtor Ignorante é tal que

$$(17) \quad Z_{Ig} = (T_{Ig} - t_{Ig}) + 7,5 t_{Ig}, \text{ se } t_{Ig} < t_{Dinf}; \text{ ou} \\ Z_{Ig} = (T_{Ig} - t_{Ig}) + 7,5 t_{Dinf} + 5 (t_{Ig} - t_{Dinf}), \text{ se } t_{Ig} \geq t_{Dinf}.$$

Supondo, mais uma vez, que T seja igual a dois, representamos, no quadro abaixo, o sistema de *pay-offs* deste jogo, bem como seu único equilíbrio de Nash.

#### Jogo Smithiano da Especialização com Exportações

Dinf \ Ig	$t_{Ig} = 0$	$t_{Ig} = 1$	$t_{Ig} = 2$
$t_{Dinf} = 0$	2; 2	2; 6	2; 10
$t_{Dinf} = 1$	6; 2	8,5; 8,5	8,5; 12,5
$t_{Dinf} = 2$	10; 2	12,5; 8,5	15; 15

<sup>13</sup> Smith, 1983, p. 54. Todos os desenvolvimentos na sequência vão no mesmo sentido. Na verdade, tal como o entendemos, o cerne do capítulo III d' *A Riqueza das Nações* – intitulado, justamente, de “A divisão do trabalho limitada pela extensão do mercado” – é a demonstração de que os produtos exportáveis definem a linha de especialização e desenvolvimento normal de qualquer economia periférica.

<sup>14</sup> Dado que a relação de intercâmbio entre  $x(r)$  e  $y(m)$  é 2:1, o produtor de X no mercado interno terá de entregar dez unidades de X para conseguir 5 unidades de Y e construir 5 Zs.

A grande novidade da introdução da alternativa exportadora é que ela determina que a estratégia de produção especializada torne-se estritamente dominante para Dinf e Ig. Porém, é preciso não se deixar iludir pela simplicidade do jogo anterior. No mundo real, a transição de (2; 2) para (15; 15) é longa e complexa. E isto na exata medida em que os custos de transporte e transação inerentes à realização no exterior da produção local não sejam plenamente conhecidos *ex-ante*. Na realidade, estes custos sequer devem ser estáveis; diminuindo com o volume e o tempo da relação comercial<sup>15</sup>.

Suponhamos que Ig (que ignora sua ignorância sobre a rentabilidade desta estratégia) inicie a transição para uma economia mercantil. Suponhamos ainda que, apesar de ignorante, Ig privilegia transições paulatinas a transições abruptas. Neste caso, Ig irá transitar da estratégia  $t_{Ig} = 0$  para a estratégia  $t_{Ig} = 1$ , auferindo um *pay-off* de 6 Zs.

Mas, a especialização parcial de Ig é a condição necessária e suficiente para que Dinf abandone sua opção autárquica. Afinal, por menores que sejam os custos de transferência de longo prazo, em condições normais, eles são superiores aos custos inerentes a transações realizadas na própria região. De forma que – a despeito de sua aversão ao risco e à incerteza –, Dinf também irá transitar da estratégia.

$$\begin{aligned} t_{Dinf} &= 0 \text{ para} \\ t_{Dinf} &= 1. \end{aligned}$$

Isso estimulará Ig a adotar a plena especialização, auferindo um *pay-off* de 12,5 Zs. O último movimento é o de Dinf, que passa a dedicar dois turnos de trabalho à produção especializada, conduzindo o sistema para seu equilíbrio ótimo.

Em Smith, o mercado interno nasce do externo. Tal como em North, E, tal como neste último, o filho – o mercado interno – pode e deve sobrepujar o pai – o mercado externo. Uma história que, em Smith (mais uma vez, como em North) passa pela especialização agropecuária<sup>16</sup> e pela superação desta especialização<sup>17</sup>.

Mas essa é uma história ainda mais complexa do que Smith alcança

<sup>15</sup> Chamemos de custos de transferência ao somatório de custos de transporte e transação. A dificuldade em se avaliar a rentabilidade da produção para exportação não se encontra propriamente na dificuldade em se avaliar **custos iniciais de transferência**, mas, isto sim, na dificuldade em avaliar os **custos de transferência de longo prazo**, bem como o padrão de transição para estes.

<sup>16</sup> “Na agricultura, o trabalho do país rico nem sempre é muito mais produtivo do que o dos países pobres, ou, pelo menos, nunca é mais produtivo na mesma proporção em que o é, geralmente, nas manufaturas. Por conseguinte, o trigo do país rico, da mesma qualidade, nem sempre chega ao mercado com preço mais baixo que o do país pobre.” (Smith, 1983, p. 43.) “No presente artigo, tentarei demonstrar que uma produção bem sucedida de bens agrícolas ... destinados à venda fora da região ... tem sido o principal fator de indução do crescimento econômico, do desenvolvimento de economias externas, da urbanização e, eventualmente, do desenvolvimento industrial”. (North, 1959, p. 334)

<sup>17</sup> “A natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra quanto ocorre nas manufaturas. ... Esta impossibilidade de fazer uma diferenciação tão completa e plena de todos os diversos setores de trabalho empregados na agricultura constitui talvez a razão por que o aprimoramento das forças produtivas do trabalho nesse setor nem sempre acompanha os aprimoramentos alcançados nas manufaturas.” (Smith, 1983, pp. 42/3.) E, em North: “As regiões que permanecem ligadas a um único produto de exportação não alcançam, quase inevitavelmente, uma expansão sustentada.” (North, 1959, p. 336. As observações na sequência nos parecem particularmente esclarecedoras da convergência de North com Smith.)

entender. Para se entender North, a partir daqui, é preciso pedir o auxílio do mais genuinamente clássico (smith-ricardo-marxista) dos grandes economistas do século XX: Michal Kalecki.

### KALECKI, FILHO DE SMITH E PAI DE NORTH

Tal como Smith e North, Kalecki dá grande atenção à distinção de padrões setoriais (agropecuária, indústria, serviços, etc.) e regionais (rural e urbano, central e periférico) de determinação de preços, estoques, acumulação, inovação, distribuição de resultados e desenvolvimento<sup>18</sup>.

Não há por que surpreendermo-nos, pois, com a evidente inflexão kaleckiana do "Teorema de Smith"<sup>19</sup>. Afinal, o que este Teorema pretende é que a firma defina sua escala de produção (seu estoque ideal de capital, seu padrão tecnológico ideal) a partir do tamanho (expectacional e presumidamente restrito) do mercado que lhe cabe ocupar. Vale dizer: o Teorema de Smith não faz mais do que fundar, a acumulação, na demanda efetiva; o investimento, na renda. Smith inverte a relação investimento/renda do multiplicador e sinaliza para um acelerador de perfil keynesiano, no sentido de que a variação da quantidade demandada seja o ponto de partida e o estrangulamento recorrente do sistema; é o seu centro motor. Ou, dito de outro modo: acelerador de Smith é o princípio da demanda efetiva aplicado ao longo prazo; o acelerador de Smith é kaleckiano<sup>20</sup>.

O que não é kaleckiano, em Smith, é o padrão de relação de trabalho. Em Kalecki a PO é tipicamente assalariada. Não há, pois, qualquer estabilidade na PO e em sua relação com a PEA, a PIA e a PT. E essa diferença tem enormes consequências no que diz respeito à determinação da renda e da dinâmica.

Ora, a despeito de suas raízes smithianas, a versão mais simples do modelo

<sup>18</sup> A este respeito, veja-se Smith, 1983, pp. 42/3 e 84/7; bem como Kalecki, 1983, pp. 7 e segs.

<sup>19</sup> O fundamento desta inflexão encontra-se no pressuposto, comum a Smith e Kalecki, de que os mercados industriais são cronicamente imperfeitos. Na correta interpretação de Stigler, "when Adam Smith advanced his famous theorem that the division of labor is limited by the extent of the market, he created ... a ... dilemma...: either the division of labor is limited by the extent of the market, and, characteristically, industries are monopolized; or industries are characteristically competitive, and the theorem is false or of little significance." (Stigler, 1951, p. 185.). Stigler tentará enfrentar esta contradição argumentando, tal como Clifton mais tarde (Clifton, 1977), que a integração dos mercados regionais eleva a elasticidade do preço da demanda sobre a firma, deprimindo seu grau de monopólio. Independentemente dos limites da visão Stigler-Clifton da "concorrência cada vez mais perfeita", o que importa entender aqui é que Stigler demonstra que as condições ideais de validação do "Teorema de Smith" são as condições característica de uma economia "periférica pré-engate": mercado interno restrito, articulação desprezível com mercados externos e crônico desemprego, subemprego e/ou emprego subótimo dos fatores de produção disponíveis regionalmente.

<sup>20</sup> Como se sabe, para Keynes o princípio da demanda efetiva só se aplica ao curto prazo. Sua resistência aos esforços de Kalecki de fundar uma teoria da dinâmica de longo prazo sobre este princípio são bastante conhecidas. Em suas diversas apreciações negativas dos trabalhos de Kalecki, encontramos passagens reveladoras, como esta, numa missiva para Kaldor: "Here is Kalecki's article. As I said the other night, after a highly rational introduction of a couple of pages my first impression is that it becomes high, almost delirious, nonsense. ... Is it not rather odd when dealing with long run problems to start with the assumptions that all firms are always working below capacity?" (Osiatynski, 1991, p. 530). Para um tratamento sistemático dessas diferenças, veja-se Paiva, 1996, pp. 70 e segs.

de base de exportação de North é tal que a ocupação mercantil da fronteira econômica se realiza em termos capitalistas. Isso significa abstrair toda a forma de emprego, que não a forma assalariada, e toda a forma de produção para o consumo, que não a mercantil. Significa também dizer que a modelagem anterior já não é mais suficiente para nossos objetivos.

Como se isso não bastasse para , não é possível modelar a transição do “Engate” para a “Endogenia” sem que se flexibilize a hipótese de um único produto final. Vale dizer: a compreensão de algumas das conclusões mais instigantes de North sugerem o abandono do jogo anterior e a adoção de um modelo tipicamente kaleckiano, em que a economia é dividida em Departamentos, seja uma economia periférica P, na fronteira agrícola do sistema, recentemente ocupada enquanto empreendimento capitalista<sup>21</sup>. Os colonos emigrados para a fronteira são de dois estratos sociais distintos: o dos terratenentes-empresários-capitalistas e o dos assalariados. Na medida em que queremos analisar as condições necessárias e suficientes para transitar “endogenamente para a Endogenia”, suporemos que o governo não garante, nem infra-estrutura para a ocupação, nem adota políticas de fomento às atividades no oeste. Na verdade, na esteira de North, nosso modelo faz abstração do governo.

A renda bruta da economia P -  $Y_p$  - pode ser dividida, então, em duas categorias: a renda do trabalho -  $S_p$  - que corresponde integralmente aos salários pagos; e a renda excedente bruta -  $L_p$  - que é igual ao lucro bruto (vale dizer, antes da depreciação e de eventuais pagamento de dividendos, juros ou aluguéis) dos capitalistas:

$$(i) \quad Y_p = L_p + S_p$$

Os trabalhadores despendem todo o seu salário em bens de consumo, de forma que o montante dos salários pagos na economia equivale ao montante de consumo da classe trabalhadora,  $C_T$ :

$$(ii) \quad S_p = C_T$$

A produção do conjunto dos bens salário – alimentos, bebidas, têxteis, vestuário e calçados, sabão e velas, etc. – é rapidamente internalizada em P; de forma que a massa de salários,  $S_p$ , integralmente despendida em bens de consumo popular,  $C_T$ , corresponde ao valor do produto do Departamento de Bens Salário ( $D_3$ ) da economia periférica, P. Tal como o Departamento Exportador ( $D_x$ ), o  $D_3$  se estrutura em termos capitalistas, de forma que a renda agregada no setor também se divide em lucros ( $L_3$ ) e salários ( $S_3$ )<sup>22</sup>. De forma que:

<sup>21</sup> Quaisquer semelhanças do modelo que se segue com as modelagens da economia cafeeira capitalista paulista de Celso Furtado no *Formação Econômica do Brasil* e por João Manuel Cardoso de Mello n' *O Capitalismo Tardio*, **não** são meras coincidências.

<sup>22</sup> Como se sabe, na tradição kaleckiana, o Departamento 1 “representa ... a produção total de todos os bens finais não utilizados para consumo.... [enquanto o] Departamento 2 ... produz bens de consumo para os capitalistas, e Departamento 3 ... produz bens de consumo para os trabalhadores” (Kalecki, 1983, p. 1.) A despeito dos Departamentos 1 e 2 não se encontrarem internalizados em nossa modelo, optamos por manter a referência ao Departamento produtor de Bens Salário como D3 para reforçar a percepção de que

$$(iii) \quad S_p = C_T = D_3 = L_3 + S_3$$

Donde se extrai a "equação fundamental de troca interdepartamental", de Marx, que afirma a igualdade entre os lucros do departamento produtor de bens salário e o montante dos salários pago(s) no(s) outro(demais) departamento(s). No nosso modelo:

$$(iv) \quad S_p - S_3 = L_3 = S_x$$

Por oposição, os capitalistas deslocam suas decisões de gasto em consumo ( $C_K$ ) e em investimento (I) para o exterior<sup>23</sup>, de onde importam o conjunto dos bens que perfazem suas cestas de consumo e seus estoques de capital fixo. Na hipótese simplificadora de que as balanças comercial e de serviços estejam em equilíbrio ( $X = M$ ), é verdade que:

$$(v) \quad L_p = C_K + I = M = X$$

Suponhamos, ainda, que demanda e oferta agregadas encontrem-se equilibradas. A renda interna bruta corresponde, por definição, à oferta agregada subtraídas as importações.

$$(vi) \quad Y + M = OA \equiv DA = C_T + C_K + I + X;$$

$$(vii) \quad Y = C_T + C_K + I + X - M = X + C_T + (C_K + I - M) = X + C_T.$$

Supondo, para simplificar, que a participação dos salários no valor agregado (s) é a mesma para o conjunto da economia e no interior de cada departamento<sup>24</sup>, então;

$$(viii) \quad s = sy = S / Y = sx = S_x / X = s3 = S_3 / D3$$

$$(ix) \quad S_x = C_T - S_3 = (1 - s) C_T = s X;$$

$$(x) \quad C_T = [s / (1 - s)] X; \quad e$$

$$(xi) \quad Y = [1 / (1 - s)] / X$$

A equação (x) explicita a dependência do D3 em relação ao DX; ou, se se preferir, explicita o fato de que o consumo dos trabalhadores é função de sua renda, que é função de seu emprego, que é função da demanda externa sobre DX. Por sua vez, a equação (xi) esclarece que, na economia periférica P, a renda é função exclusiva das exportações X e da distribuição da renda entre salários e lucros. Um exemplo pode contribuir para a melhor compreensão do modelo.

estamos modelando uma economia inconclusa, periférica, que só se reproduz porquanto associada.

<sup>23</sup> Exterior é toda e qualquer economia externa ao território P; não importando se se trata de uma outra região da mesma nação ou de uma outra região de outro país.

<sup>24</sup> Para uma modelagem em que variam as participações dos salários no valor agregado dos distintos departamentos, veja-se Kalecki, 1977, pp. 2/3.

Seja uma demanda externa de 300 unidades monetárias de X; seja de 2/3 a participação dos salários no produto. Neste caso,  $S_x = 200 = L_3 = S_3 / 2$ .

Tabela 1 – Sistema Kalecki-North de Reprodução de uma Economia Periférica

	DX	D3	Renda (Y)
Lucros (L)	100	200	300
Salários (S)	200	400	600
Produto (P)	300	600	900

O primeiro fato a salientar no quadro acima é que, a despeito de o valor do produto destinado ao mercado interno corresponder ao dobro do valor do produto para exportação, a dinâmica da economia interna não é definida pelo mercado interno, mas pelas exportações. Na realidade, no modelo Kalecki-North, **o mercado interno de bens salário só existe porque existem assalariados no departamento exportador e porque este não é suficientemente dinâmico e rentável para pagar a importação de bens salário.**

Além disso, é preciso entender que, sendo a renda função exclusiva do valor das exportações e da distribuição entre salários e lucros, ela **não** pode ser **diretamente** afetada por variações em quaisquer outras variáveis, como o investimento em capital fixo ou o padrão técnico de produção. É só no caso de os investimentos afetarem aquelas duas primeiras variáveis, que eles podem influenciar a renda. Mais exatamente – e ao contrário do que pretende o senso comum leigo e a ortodoxia neoclássica – **uma elevação dos investimentos que não se faz acompanhar de uma elevação na demanda externa por X e/ou a uma melhora na distribuição de renda interna não terá qualquer impacto positivo sobre a renda e a produção.** Se for dada a demanda externa e a distribuição da renda, o único impacto imediato do investimento é a depressão da taxa de lucro, determinada pelo crescimento do estoque de capital e da capacidade produtiva do sistema a uma taxa superior ao crescimento da demanda externa e, portanto, da produção.

No mesmo sentido, a elevação da produtividade do trabalho associada à substituição de homens por máquinas nos dois departamentos do sistema só afetará a renda se afetar a demanda externa e/ou a distribuição interna da renda. Imaginemos que a elevação da produtividade no departamento X se faça acompanhar por uma tal variação em preços e quantidades que mantenha inalterado o valor agregado neste departamento, mas altere a distribuição entre lucros e salários no interior do mesmo para uma relação de 1:1. Supondo, ainda, que a nova estrutura distributiva também venha a se impor sobre o Departamento 3, os novos valores de equilíbrio da renda, dos lucros, dos salários serão:

Tabela 2 – Sistema Kalecki-North com Progresso Técnico Pougador de Tr

	DX	D3	Renda (Y)
Lucros (L)	150	150	300
Salários (S)	150	150	300
Produto (P)	300	300	600

Vale dizer: ao contrário do que pretenderia o senso comum, as únicas consequências do “progresso técnico” nos termos suprarreferidos são a depressão da renda e da massa de salário e a redistribuição dos lucros totais em prol das empresas de DX<sup>25</sup>.

A superação dessa situação de dependência pressupõe a internalização crescente dos departamentos produtores de bens voltados ao atendimento de demandas autônomas de agentes nacionais. No nosso exemplo, pressupõe a internalização crescente do D1 e D2.

Imaginemos que, dada a situação representada na Tabela 2, acima, uma crise externa deprima os preços internacionais da mercadoria X e da moeda nacional para 50% dos preços originais. Se a quantidade produzida e taxa nominal de salário se mantiverem constantes, o valor da produção de DX e o montante de  $L_x$  e  $S_x$  permanecerão constantes **em moeda nacional**. Mas um mesmo lucro em moeda nacional envolve uma depressão de 50% do poder de comando sobre mercadorias estrangeiras.

Imaginemos que a demanda capitalista, que não pode ser atendida desde o exterior, passe a ser atendida internamente pela emergência de um conjunto de atividades típicas do D1<sup>26</sup>. Nesse caso, temos um sistema tal que

$$(xii) \quad L_1 + L_x + L_3 = D1 + DX$$

$$(xiii) \quad S_1 + S_x + S_3 = D3 = L_3 + S_3$$

$$(xiv) \quad S_1 + S_x = L_3$$

$$(xv) \quad S_1 + S_x = C_T - S_3 = (1-s) C_T = s (X + D1)$$

$$(xvi) \quad C_T = [s / (1-s)] (X + D1)$$

$$(xvii) \quad Y = C_T + X + D1 = [1/ (1-s)] (X + D1)$$

<sup>25</sup> Por oposição, se se impusesse um “regresso técnico” (vale dizer: se a produtividade do trabalho –  $Y / T$  - fosse deprimida, juntamente com a relação capital/trabalho -  $K/T$ ) que se resolvesse em ampliação da participação dos salários na renda (por hipótese, para 4/5) e sustentação do valor de DX, o sistema se equilibraria através de uma significativa expansão do D3.

<sup>26</sup> É de se esperar que o segmento do D1 internalizado originalmente seja intensivo em mão-de-obra (manutenção e produção de peças para máquinas e equipamentos) e apresente elevados custos de transporte (tijolos, telhas, cimento, construção civil, etc.).

Tabela 3 – Sistema Kalecki-North com internalização parcial de D1

	D1	DX	D3	Renda (Y)
Lucros (L)	150	150	300	600
Salários (S)	150	150	300	600
Produto (P)	300	300	600	1200

Em suma: os distintos padrões de resposta a desafios externos geram resultados antagônicos. Enquanto a adoção acrítica de padrões tecnológicos consistentes com a disponibilidade relativa de fatores no núcleo do sistema tende a deprimir o nível de emprego e o multiplicador interno, a internalização de um departamento produtor de bens de capital conduz ao crescimento e à autonomização da renda interna. As condições para este último movimento é o tema da seção conclusiva deste trabalho.

### DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E PROGRESSO TÉCNICO NA TRANSIÇÃO DO ENGATE A ENDOGENIA

Tentamos demonstrar acima, na esteira de North, que a constituição de uma base de exportação é a via “normal” para o Engate. Mais: se abstrairmos a alternativa inverossímil de transição de uma economia autárquica **estritamente fechada** para o capitalismo<sup>27</sup>, **pode-se afirmar que a constituição de uma base de exportação seja a condição necessária e suficiente do Engate**. Mas não alcançamos um mesmo grau de determinação e segurança para a questão da Endogenia. Nas palavras de North:

“um dos problemas que mais causam perplexidade para o estudo do crescimento econômico tem sido o progresso diferencial entre regiões diferentes, que resulta de um incremento da renda proveniente do setor exportador. Por que uma área permanece presa a um único produto básico de exportação, enquanto outra diversifica sua produção e se torna uma região industrializada e urbanizada?” (North, 1959, p. 337)

<sup>27</sup> Inverossímil, na medida em que depende de um padrão de regulação pública da atividade econômica que tem de ser, simultaneamente, intervencionista (no enfrentamento à autarquia e à emergência de desequilíbrios intersetoriais e interdepartamentais) e liberal (garantindo o grau de autonomia que o mercado solicita para dar vazão à dinâmica de destruição criadora teorizada por Schumpeter, 1984, cap. 7). A despeito de sua complexidade, esta síntese de intervenção e liberalismo não é, nem lógica, nem empiricamente, impossível. Mas, em função desta mesma complexidade, não é razoável esperar que uma tal política regulatória possa ser consensuada por agentes que atuam em um sistema produtivo ainda plenamente autárquico.

Já vimos que, para North, “as regiões que permanecem ligadas a um único produto de exportação não alcançam, quase inevitavelmente, uma expansão sustentada”. E isto porque:

“Não apenas ocorrerá um amortecimento da taxa de crescimento do setor, o que acarretará efeitos adversos para a região, como o próprio fato de que ela continue presa a uma única indústria de exportação significará que a especialização e a diversificação do trabalho são limitadas fora dessa indústria. Historicamente, isso significa que uma parcela da população tem permanecido fora da economia de mercado.” (North, 1959, p. 337)

Mas se a especialização é a **condição** do Engate e o **obstáculo** da Endogenia, então há que se investigar as condições necessárias e suficientes para uma diversificação autonomizante da base produtiva. E, segundo North,

“a utilização dada à renda recebida da indústria de exportação tem um papel decisivo no crescimento da região. Relacionada a esse argumento está a propensão da região para importar. À medida que a renda da região flui diretamente para a compra de bens e serviços fora dela, ao invés de causar um efeito multiplicador-acelerador regional, estará induzindo o crescimento em algum outro lugar.” (North, 1959, 339)

Ora, é notável a semelhança das respostas de North, de Kalecki e dos principais teóricos da Cepal ao problema da Endogenia: em todos os modelos, a superação da “dependência” passa pela internalização à montante dos elos das cadeias produtivas, em particular dos elos representados pelo Departamento de Bens de Investimento<sup>28</sup>. O que é o mesmo que reconhecer a enorme complexidade desta transição. Só que, à diferença da Cepal, North se recusa a buscar o Estado para solucionar o problema<sup>29</sup>. Para nosso autor, o Estado é um resultado, e não um ponto de partida; e não pode ser tomado, a princípio, como *tertius* desinteressado e apto a promover o desenvolvimento sustentável<sup>30</sup>. Assim, na contra-mão da Cepal, North vai buscar uma resposta nas dinâmicas concretas daquelas economias periféricas que foram bem sucedidas na transição para a Endogenia.

Tendo por base as dinâmicas contrastantes do sudeste e do noroeste dos Estados Unidos de meados do século XIX a meados do século XX, North vai demonstrar o papel crucial da distribuição da propriedade, da renda e do poder político na alavancagem da diversificação necessária à Endogenia<sup>31</sup>. Mas, ao

<sup>28</sup> Como diz João Manuel, “o significado da passagem do ‘modelo de crescimento para fora’ ao ‘modelo de crescimento para dentro’ no paradigma cepalino fica ... rigorosamente determinado: a dinâmica da economia deixa de estar presa à demanda externa, substituída pela variável endógena investimento. Ou, como se dizia, o centro dinâmico da economia se desloca para o centro da nação. (Mello, 1982, p. 92)

<sup>29</sup> Sobre o papel que a Cepal delega ao Estado no enfrentamento dos obstáculos à industrialização. Vide Mello, 1982, pp. 93/4.

<sup>30</sup> A este respeito, veja-se North, 1990, p. 58.

<sup>31</sup> O fundamento do diferencial dinâmico parece se encontrar no padrão de ocupação da terra. O engate do

contrário da relação exportação/engate, a distribuição da renda é condição necessária, mas insuficiente da endogenia, porquanto é condição necessária, mas insuficiente da internalização do D1.

Na verdade, para North, a internalização de um departamento de bens de capital é um processo particularmente complexo de diversificação e inovação que pressupõe (tal como para os cepalinos) a limitação da rentabilidade do setor exportador. Se a rentabilidade do produto de exportação for muito superior à rentabilidade das demais atividades produtivas haverá um freio à diversificação<sup>32</sup>. Além disso, distintas “bases de exportação”, conformam cadeias produtivas com diferentes potenciais de internalização à montante e à jusante. Por isso mesmo, segundo North, tão importante quanto a distribuição de renda:

“é o investimento induzido pelo bem ou serviço importado. Se o produto é tal que exige investimentos substanciais em transporte, armazéns, instalações portuárias e outros tipos de investimento social básico, criam-se ... as economias externas que facilitam o desenvolvimento de outras explorações. Mais ainda: se a indústria de exportação induz o crescimento de indústrias subsidiárias, se a tecnologia, os custos de transporte e a dotação de recursos naturais permitem que elas sejam produzidas internamente ao invés de serem importadas, então isto induzirá um desenvolvimento ainda maior.” (North, 1959, pp. 337/8)

Vale dizer: para North o padrão de ocupação do solo na região periférica (com seus desdobramentos na distribuição da renda) e o padrão de processamento e comercialização do produto exportado (com seus desdobramentos na integração vertical da cadeia produtiva) estão no centro da explicação das distintas experiências de transição do Engate para a Endogenia. E isso porque a

---

Sul se deu com base em uma economia do tipo “plantation”, enquanto o Noroeste foi ocupado por pequenos agricultores. Segundo o autor “No primeiro caso haveria a tendência de se originar uma distribuição de renda extremamente desigual ... [que desestimularia] atividades econômicas do tipo doméstico. [Mas numa economia de pequenos produtores], com uma distribuição de renda mais equitativa, existe demanda para uma grande variedade de bens e serviços, parte dos quais seria produzida internamente, induzindo assim uma diversificação dos investimentos. ....[Além disso], na sociedade gerada pela lavoura do tipo ‘extensivo’, com sua distribuição de renda muito desigual, o proprietário de terras seria ... relutante em dedicar as receitas fiscais a investimentos em educação ou pesquisa que não as diretamente relacionadas com o produto básico da região. ... Em contraste, a região com uma distribuição de renda mais equitativa, seria bem consciente de que vale a pena melhorar sua posição comparativa através da educação e da pesquisa e, conseqüentemente, estaria mais disposta a orientar os gastos públicos nessa direção. O resultado seria uma melhora relativa na sua posição comparativa em vários tipos de atividade econômica e ... a ampliação da base econômica resultante” (North, 1959, p. 337).

<sup>32</sup> “A dotação natural da região determina os bens iniciais de exportação da área. Se a dotação for tal que resulte em uma tremenda vantagem comparativa de um bem sobre qualquer outro, então a consequência imediata será uma concentração de recursos na produção desse bem. Se, por outro lado, a região tem amplas possibilidades de produção, de tal forma que a taxa de retorno sobre a produção de vários bens e serviços não seja muito menor que a do bem inicialmente exportado, então ... a produção de outros bens e serviços ... se tornará um processo simples”. (North, 1959, p. 336.) No mesmo sentido, se se utiliza “o transporte marítimo de produtos volumosos para fora da região .... os fretes de retorno são muito baixos e reforçam a posição competitiva das importações em relação aos bens produzidos internamente.” (North, 1959, p. 338.)

diversificação à montante e à jusante de uma determinada cadeia produtiva minimiza os riscos desta estratégia; seja porque o DX garante uma demanda regional mínima sobre novos segmentos, seja porque o uso continuado de máquinas, insumos e serviços por agentes de um determinado elo da cadeia facilita o desvendamento da técnica (e dos custos) de produção dos demais elos (*learnig by using*).

Na verdade, North vai pretender que a estrutura produtiva gestada no “engate” é a base – sempre, de alguma forma, pobre e problemática, mas sempre necessária – da diversificação autonomizante. O que não é mais do que outra manifestação da filiação smithiana de North. Como bem o salienta Hodgson (1999, p. 260), em Smith não há solução de continuidade entre o *using*, o *doing* e o *learning*; o *using-doing* é a condição necessária e suficiente do *learning*<sup>33</sup>. E o desdobramento necessário da equação *using-doing-learning* é a inovação<sup>34</sup>.

Mas que se entenda bem: o reconhecimento da existência de uma trajetória “natural” de diversificação e inovação não se confunde com uma defesa abstrata e genérica da eficácia do mercado. É só sob condições **muito particulares** (que parecem ter caracterizado a ocupação do noroeste americano) de distribuição de propriedade e renda e de estímulos à integração vertical na **região** das atividades fornecedoras e clientes do DX que o “desenvolvimento industrial ocorrerá naturalmente” (North, 1959, p. 341). Por oposição, onde a distribuição da propriedade e da renda é perversa, e onde os estímulos de demanda são insuficientes para uma efetiva diversificação e integração vertical da produção, então:

“haverá lugar para uma política governamental destinada a modifica-las. A alteração do sistema de propriedade da terra ... e a reorientação da despesa pública para pesquisa, tecnologia e educação, prenunciam a incidência de retornos generoso.” (North, 1959, pp. 341/2)

Ao fim e ao cabo, os temas caros aos economistas do *supply-side* – P&D, educação, infraestrutura, investimento em capital fixo, etc – voltam à cena. Só que esse retorno é subordinado a determinações postas no nível da demanda efetiva e da distribuição da propriedade (e, por extensão, da renda e do poder político). Afinal, como economista institucionalista que é, North sabe que a tecnologia é política, e a política é uma técnica.

<sup>33</sup> Seja este “*using*” ou “*doing*” do operário, seja o do mestre-artesão, seja o do empresário, seja o do cientista. Segundo Smith: “Com o progresso da sociedade, a filosofia ou pesquisa torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas. Como qualquer outro ofício, também esse está subdividido em grande número de setores ou áreas diferentes, cada uma das quais oferece trabalho a uma categoria especial de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, da mesma forma como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e proporciona economia de tempo. Cada indivíduo torna-se mais hábil em seu setor específico, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também consideravelmente o cabedal científico.” (Smith, 1983, p.45.)

<sup>34</sup> A este respeito, veja-se Smith, 1983, pp. 43 e segs. A compreensão deste ponto é central para que se entenda que – a despeito das aparências em contrário – o progresso técnico não é, nem o motor, nem o gargalo, do desenvolvimento em Smith. Na medida em que o *learning* se desdobra do *doing* e do *using* especializados os obstáculos ao desenvolvimento se identificam com os obstáculos à generalização deste padrão peculiar de trabalho: o tamanho do mercado.

---

## Effective demand and regional development

### ABSTRACT

This paper aims at rescuing the relationship among effective demand, market development, innovation, productivity and regional development. In the author's point of view, the contemporary regional literature usually overestimates the link between innovation and development, ignoring the fact that effective demand is the real basis on which the market system and the labor division is structured. Trying to prove this point of view the author formalizes the "Smith's dilemma" and shows that the sole solution of this game that maximizes the benefits of all players is easily achieved after the development of a regional "export basis".

**Keywords:** innovation; productivity; regional development

---

### BIBLIOGRAFIA

- CAMPREGHER, G. (2001) *Contribuição à Crítica da Economia Política do Não-Trabalho*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado)
- CLIFTON, J. A. (1977) "Competition and the Evolution of Capitalist Mode of Production". In: *Cambridge Journal of Economics*. Vol. 1(2), pp. 135-151
- FURTADO, C. (1984). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- HODGSON, Geoffrey. (1999). *Evolution and Institutions: On Evolutionary Economics and the Evolution of Economics*. Cheltenham: Edward Elgar.
- KALECKI, M. (1977) "As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna". In: *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec.
- KALECKI, M. (1983) *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural.
- KEYNES, J.M. (1983) *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural.
- MELLO, J. M. C. (1982) *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- NORTH, D. C. (1955) "Location Theory and Regional Economic Growth". *Journal of Political Economy*, LXIII, june. (Versão em português em SCHWARTZMANN, J.1977).
- NORTH, D.C. (1959) "Agriculture in Regional Economic Growth". *Journal of Farm Economics*, 41(5), december. (Versão em português em SCHWARTZMANN, J. 1977)
- NORTH, D. C. (1990) *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press
- OSIATYNSKI, J. (ed. 1990) *Collected Works of Michal Kalecki*. Oxford: Clarendon Press.
- PAIVA, C.A.(1996) "Kalecki: um anti-keynesiano?". In: *Revista de Economia Política*, 16 (61).

- PAIVA, C. A.. (1998) *Valor, preços e distribuição: de Ricardo a Marx, de Marx a nós*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp (Tese de Doutorado)
- SCHUMPETER, J. (1984) *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SCHWARTZMAN, J. (org. 1977) *Economia Regional: textos escolhidos*. B.Horizonte: Cedeplar.
- SMITH, A.(1982) *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural.
- STIGLER, G. (1951) "The Division of Labor is Limited by the Extent of the Market." *Journal of Political Economy*, vol. 59, jun.